

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 21, e segunda-feira, 23 de junho de 1986

progredir

Mangels

Empresa 100% Brasileira

CONGRESSO

Ass. Const

Senadores fazem críticas à emenda que propõe uma comissão constitucional

por Carlo Iberté de Freitas
de Brasília

A proposta de emenda constitucional entregue à Câmara pelo deputado Ulysses Guimarães antes de viajar para os Estados Unidos, criando uma comissão constitucional para legislar durante o período constituinte, vem sendo avaliada criticamente por alguns senadores, como Aloysio Chaves (PDS-PA). O senador paraense, que também é jurista, afirma ser desnecessária a proposta de emenda, uma vez que a comissão poderia ser criada por lei complementar. A proposta do deputado Ulysses Guimarães de emenda constitucional só é necessária porque altera a linha sucessória do presidente da República. A legislação atual prevê que o presidente da Câmara dos Deputados deve ocupar o cargo de vice-presidente. A proposta do deputado pe-medebista quer que esse cargo seja ocupado pelo futuro presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deixando para o presidente da comissão constitucional, que terá atribuições do Congresso Nacional, o segundo lugar hierárquico na ocupação do cargo, precedendo o presidente do Supremo Tribunal Federal.

E nesse ponto que as críticas recaem, uma vez

que os parlamentares alegam que o deputado já é candidato a presidente da Assembleia Nacional Constituinte. O senador Odacir Soares (PFL-RO) observa que o presidente nacional do PMDB "está legislando em causa própria. Isto é golpe branco porque esvazia as atribuições da Câmara e do Senado". Odacir Soares, em julgamento definitivo, acha "absolutamente desnecessária" a proposta.

Aloysio Chaves argumenta que o artigo 52 da Constituição dá ao presidente da República o poder de legislar com leis delegadas, e o que não pudesse ser por lei delegada, aí sim, diz o senador, seria feito por uma comissão criada pela própria Constituinte e não pelo atual Congresso, interferindo nos trabalhos da Constituinte, uma vez que a emenda Ulysses Guimarães será votada neste ano para vigorar na próxima legislatura (a da Assembleia Nacional Constituinte). O senador Fábio Lucena (PMDB-AM), usando o espaço da liderança do PMDB no Senado na última sexta-feira, criticou a proposta e disse não entender os motivos do presidente de seu partido. Para o senador, o Congresso deve legislar sobre as leis ordinárias durante a Constituinte.